



Universidade Federal
de Campina Grande



PRODIH

Programa de Direitos
Humanos e Acesso à
Justiça

PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS DA UFCG – PRODIH

PROJETO DE PESQUISA

IDENTIFICAÇÃO		
1. Título: DO PRIVADO AO PÚBLICO: DISCURSOS SOBRE GÊNERO, AMOR E VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS		
2. Área de conhecimento: Direito, Sociologia, Linguística		
2.1. Sub-Área: Direitos Humanos		
3. Data de Início: Junho/2013		
4. Data de Término: junho/2014		
5. Pesquisadora: Maria da Luz Olegário		5.1. Unidade de Lotação: CCJS/UFCG
6. Telefone: (83)35213200	6.1. E-mail: daluzprof@gmail.com	6.2. FAX: 83-3522-2780
7. Unidades Envolvidas: Unidade Acadêmica de Direito CCJS/UFCG		
7.1. Pesquisadores Convidados:		
8. RESUMO		

O projeto faz parte do Programa de Direitos Humanos da UFCG e tem como objetivo analisar discursos, seja do espaço público (instituições reguladoras), seja no espaço privado (relacionamento entre os casais homoafetivos) sobre gênero, amor e violência. De que maneira se constituem essas conjugalidades numa sociedade heteronormativa? Os relacionamentos seguem o já estabelecido pelas normas sociais e jurídicas? De que maneira as vivências e emoções nesses relacionamentos são forjadas na experiência de amor heterocêntrico, também no que se refere à violência? Como metodologia se utilizará a Análise de Discurso foucaltiana. O corpus será definido a posteriori, ou seja, a partir de leituras sistemáticas e levantamento de dados teóricos.

9. Introdução

Universalmente os homens são associados à cultura e as mulheres à natureza. Isso faz, portanto, com que estas sejam vistas como ameaçadoras, sórdidas, erradas e mesmo como anomalia, em determinado momento da história. Como os homens definem a ordem pública, as mulheres são o seu oposto, ou seja, a desordem (DEL PRIORI, 2000). Com esse discurso dominante, homens e mulheres vão se constituindo enquanto sujeitos amorosos diferenciados e, como tal, aprendendo a exercer papéis diferentes, quando enamorados, no que Costa (1998) vai chamar de “gramática amorosa”. Como ficam esses papéis nas relações homoafetivas e, de que maneira homens e mulheres vivenciam no público e no privado as relações de gênero em relações afetivas que fogem à norma? Atualmente, no Brasil, prevalece uma luta cada dia mais acirrada por conquistas historicamente negadas aos sujeitos homossexuais. A história presente vive, por um lado, à mercê da proliferação de discursos, seja no espaço público e privado, que contestam, que agriem, que normatizam essa práticas sexuais, de um lado; por outro, discursos que libertam, que reivindicam, que quebram normas. Nessa acirrada arena política e ideológica que discursos constituem esses novos modelos de conjugalidades? As relações gênero pautam-se em modelos hegemônicos e questionados por esses mesmos sujeitos? E, por conseguinte, os discursos de amor e de violência seguem a norma? Essas e outras questões serão investigadas a partir da Análise do Discurso foucaltiana. Estudar o discurso é analisar sua economia interna, detectar os sistemas de correlações funcionais pela comparação de discursos, descrever suas transformações e a relação com as instituições. É procurar a sua tecnologia intrínseca, as necessidades de seu funcionamento, as táticas que instauram os efeitos de poder que os sustentam e veiculam, ou seja, desvendar a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Trata-se também de definir as estratégias de poder imanentes à vontade de saber que os perpassam. Estudar, não somente as representações que

há por trás deles, mas percorrer os diversos procedimentos que cerceiam e controlam os discursos que circulam na sociedade. Apreender seu domínio de constituir objetos (FOUCAULT, 2003).

Face à legalização da união estável entre casais homossexuais, uma pergunta não para de reverberar: o que este ganho jurídico pode mudar, do ponto de vista psicossocial, na vida dos casais e famílias até então envoltos em estigmas, violências e proibições morais de exercer seus legítimos direitos de constituir relações amorosas e viver com as pessoas que escolheram para reinventar a vida? Há uma transposição de uma linguagem heternormativa ou esta continua servindo como modelo?

A partir da Análise de Discurso, com base nos pressupostos teórico-metodológicos de Michel Foucault, essa e outras questões estão em pauta nesta pesquisa, com corpus de análise a ser definido posterior à revisão de literatura.

10. Justificativa

Discutir a conjugalidade de pessoas que se relacionam com o mesmo sexo parece estar vinculado a novos modelos de arranjos familiares já definidos pela legislação brasileira. Esse tema põe em pauta situações diversas de como vivenciar as experiências amorosas, bem como as relações de gênero. E a partir desses relacionamentos que fogem à normatividade, necessário se faz pensar sobre os discursos que não só os constituem, mas que os legitimam. Urgente, assim, é pensar a violência na perspectiva homoafetiva, pois os modos de interação, presentes nesses relacionamentos podem, a exemplo dos casais heteronormativos, existirem episódios de violência. Como afirma (Castro, 2007), a violência é constitutivo dos laços familiares, embora possa se perceber especificidades no universo das relações fora da normatividade. No âmbito desses relacionamentos afetivos, afirma ainda a autora, haver reprodução da dicotomia macho-fêmea e das hierarquizações de raça, geração, etnia. Essas especificidades, entretanto, geralmente, não são vistas no campo jurídico. Embora se possa perceber avanços, no que se refere a questões mais contundentes e inequívocas no relacionamento legal da dimensão familiar e de violência das uniões amorosas entre pessoas do mesmo sexo, pouco se têm progredido.

11. Objetivos¹

¹ Apresentar o objetivo geral e os objetivos específicos, os quais devem ser detalhados em face da justificativa apresentada.

O objetivo geral

Analisar os discursos sobre gênero, amor e violência nas relações homoafetivas, no espaço público e privado.

Tem-se por objetivos específicos:

- a) Fazer um levantamento da legislação a respeito da temática em questão;
- b) Fazer um levantamento bibliográfico da temática;
- c) Definir corpus de análise;
- d) Analisar o discurso de sujeitos após a definição do corpus.
- e) Publicar os resultados da pesquisa.

1.2 Fundamentação Teórica

Os Pressupostos teóricos e metodológicos que dão subsídios a essa pesquisa advêm: da Análise de Discurso foucaultiana; temas como sexualidade terão como base História da Sexualidade, de Michel Foucault, Jurandir Freire Costa além de outros autores/as; a tematização de amor será a partir de Giddens(1993,1996), Olegário(2010), entre outros/as. A discussão de gênero se pautará em autores/as numa perspectiva não-androcêntrica, como Louro (1997), Vaitsman (1984), Butler (2003), etc.

SOBRE GÊNERO

De acordo com Flax (1991), o gênero, tanto como categoria analítica quanto como um processo social, é relacional. As relações de gênero são processos complexos e relativamente instáveis constituídos por e através de partes inter-relacionadas que são interdependentes, isto é, cada uma não tem significado sem a outra. As relações de gênero são atribuições diferenciadas e (por enquanto) assimétricas de traços e capacidades humanos, ou seja, nas palavras de Correa (1998), são relações construídas a partir de identificações ou atribuições de masculinidade ou feminilidade a todos os seres humanos. Por meio delas, dois tipos de pessoas são criados: homem e mulher. Ambos são apresentados como categorias excludentes. Só se pode pertencer a um gênero e nunca ao outro. O conteúdo “real” de ser homem e ser mulher e a rigidez das próprias categorias são variáveis de acordo com as épocas e culturas. Entretanto, as relações de gênero, tanto quanto temos sido capazes de entendê-las, têm sido (mais ou menos) relações de dominação (FLAX, 1991).

Louro (1997) ressalta que mulheres e homens não vivem masculinidades e feminilidades somente de acordo com as formas hegemônicas. Constituem-se socialmente de diferentes formas. As identidades de gênero estão continuamente se estabelecendo e se transformando. Esses arranjos transformam-se ao longo do tempo, historicamente, e também na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe.

Embora os cientistas sociais se refiram ao gênero como um fator ou dimensão de análise, ele também é aplicado a pessoas reais como uma “marca” da diferença biológica, linguística e/ou cultural. O que seria, segundo Butler (2003), uma herança de uma concepção humanista que compreende o gênero como atributo da pessoa. Há nessa visão a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes. Contudo, numa teoria social do gênero, este é tido como uma relação entre sujeitos socialmente constituídos, em contextos especificáveis. Isso sugere que o que a pessoa “é” e o que o gênero “é” refere-se às relações construídas em que ela é determinada, e não a alguma essência. Assim, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente.

O desenvolvimento do conceito de gênero promoveu a desvinculação de um determinismo biológico (o que a noção de patriarcado e a distinção sexo/gênero já havia começado a fazer) tornando-o relativamente independente de uma base biológica, sem livrá-lo totalmente de uma referência a essa base. Contudo, atualmente, as discussões em torno do conceito permitem problematizá-lo, incluindo seu alcance, bem como a outras relações e os próprios pressupostos filosóficos e científicos ocidentais.

Dessa forma, as relações amorosas seriam, dentre as relações sociais, as que mais claramente se evidenciam as relações hierárquicas entre homens e mulheres. Podem, assim, comprometer o sentido de privacidade e, ao mesmo tempo, a que mais pode fazer uso desse sentido, advindo daí – entre outras razões – a ameaça e a atração que exercem sobre os indivíduos. É, assim, fonte de individualidade (para o sujeito e para o objeto amoroso e para a relação frente a outras relações, indivíduos e coletividades). Contudo,

a relação amorosa também desindividualiza, quando os sujeitos se esvaziam de seus desejos, fantasias, projetos, histórias próprias, para se misturarem simbioticamente com o outro. Em termos coletivos, tanto as mulheres quanto os segmentos populares tendem a apresentar uma maior vulnerabilidade às práticas simbióticas, seja pela precária afirmação da identidade a partir de necessidades e interesses próprios, seja pela precária oportunidade para exteriorizar-se e “descobrir” gostos e potencialidades. Podemos também considerar que os indivíduos destes segmentos sociais tendem a ter menores oportunidades do que aqueles do segmento masculino e das classes médias de singularizar-se em outros espaços dirigindo suas necessidades de singularização para a relação amorosa (RODRIGUES, 1998, p.116).

A autora em questão assegura que, na cultura ocidental, os afetos são considerados como uma esfera menor frente ao pensamento, a representação e a racionalidade, apesar de circular amplamente em todas as práticas sociais. Afirma, ainda, que afetividade, da mesma forma que os valores, integra o conhecimento, e os afetos, como o conhecimento, podem assumir uma realização que tende tanto para a opressão/controle/repressão quanto para a libertação/criatividade/prazer. Além disso, os afetos emergem a partir de relações com o outro. O que demonstra que a intersubjetividade é uma questão profunda das relações amorosas, pois a relação com o outro nos constitui. A condição de um, daquele que elege, também constrói a singularidade do outro. Apesar dos processos sociais na estruturação e expressão da subjetividade (além dos processos psíquicos e biológicos), podendo-se falar em subjetividades feminina e masculina moldadas socialmente, a intersubjetividade constitui o campo através do qual cada ser adquire singularidade, enquanto único na espécie humana.

Assim, a perspectiva desta pesquisa é das relações amorosas como esfera relativamente autônoma, entretanto também vista como relação social e permeada por outras relações sociais e referenciais identitários, como aponta Rodrigues (1998). A afetividade é compreendida como uma dimensão essencial na condução da vida dos indivíduos e nos processos sociais. Como campo privilegiado de realização dos indivíduos, pode ser um *locus* de opressão e reprodução de desigualdades, e como de transformação das estruturas.

SOBRE O AMOR

Sob as mais diversas formas de discursos e de pensamentos, da filosofia à religião, da literatura à poesia e à música, o amor está sempre presente e é possível defini-lo, nessa perspectiva, como o laço social, a base de toda forma de relação social, da família, do namoro, da amizade etc. O amor é falado, contado e cantado para encantar, em tempos diversos, em todos os lugares, em todos os povos (OLEGÁRIO, 2010).

Na filosofia, o amor é central no pensamento platônico; é o entusiasmo através do qual a alma tende a tornar-se imortal, por ser sensível à atração da perfeição da beleza. Assim, o amor não é beleza nem bondade, nem perfeição ou acabamento; é, por essência, um arrebatamento, não somente em direção à pureza do ser, mas em direção à procura do Bem. Na esfera da religião, o amor se apresenta em duas categorias: o amor humano, sensual, carnal, voltado aos objetos; e o amor divino, espiritual, que visa à doação e à adoração.

Santo Agostinho (1989) afirma ser o amor um dom de Deus, e que é o amor de Deus que nos instiga a amar. Deus nos ama e é porque Ele nos ama que podemos amar a nós mesmos e aos nossos semelhantes. Assim, a ética do amor é proposta como a ética da liberdade, a qual pode ser sistematizada da seguinte maneira: “ama e faz o que quiser”.

Para Costa (1998), o amor é um sentimento inventado, assim como a medicina, a roda, o fogo e tantos outros. É uma crença emocional e, como qualquer outra crença, pode ser melhorada, piorada, descartada etc. Essas crenças defendem a universalidade e naturalidade do amor, ou seja, identificamos e conhecemos em situações antes experienciadas. Ainda aqui, volta-se à antiga oposição natureza/cultura, discussão teórica que, necessariamente, não precisa ser empreitada. A universalidade do amor amplia a idealização desse sentimento. Portanto, é sentimento cobrado, exigido de cada um de nós. Uma outra crença que o amor romântico traz é a felicidade e imortalidade. “Queremos um amor imortal e com data de validade marcada: eis sua incontornável antinomia e sua moderna vicissitude” (COSTA, 1998, p. 21). E, uma última crença, é a de que o amor é um sentimento que não é guiado pela razão e incontrolável pela força de vontade. É desse sentimento desregrado, incontrolável que tratará o próximo tópico.

O amor romântico, de acordo com Anthony Giddens (1993), começou marcar sua presença a partir do século XVIII:

[...] o complexo de idéias associadas ao amor romântico pela primeira vez vinculou o amor com a liberdade, ambos sendo considerados como estados normativamente desejáveis (GIDDENS, 1993, p. 50).

As idéias do amor romântico estão diretamente relacionadas à fragilidade e à subordinação da mulher ao lar e ao seu distanciamento do mundo exterior, segundo este autor.

O aumento da reflexividade presente na sociedade atual levou a uma abertura da intimidade. Dentro do esquema de modernidade radicalizada, as instituições e sistemas sociais produzem uma necessidade de confiança e, nesse sentido, as relações sociais engendradas nesse contexto também estão pautadas por esse sentimento, gerando assim um movimento em direção à intimidade.

Só quando os laços são mais ou menos livremente escolhidos é que podemos falar de ‘relacionamentos’ no sentido que esse termo recentemente adquiriu no discurso leigo. Laços sexuais relativamente duráveis, casamentos e relações de amizade tendem hoje a aproximar-se da pura relação. Nas condições da alta modernidade, [...] a relação pura [...] acaba por adquirir importância fundamental para o projeto reflexivo do eu (GIDDENS, 1993, p. 85).

É dentro desse contexto que o autor afirma que estamos vivendo uma transformação da intimidade. O relacionamento puro e o amor confluyente, discutidos mais adiante, apontam para relações mais íntimas, comunicativas e democráticas, em que o par amoroso não se encontra preso à instituição da relação, mas a um compromisso com os sentimentos.

Nessa perspectiva, a ‘nova ordem sentimental’ aponta para um amor relacionado com a liberdade do indivíduo, alicerçado mais em valores individuais que apontam para uma constante construção do projeto reflexivo do eu. Os relacionamentos da contemporaneidade se baseiam numa concepção de amor livre de mentiras, pois é baseado na abertura da intimidade.

O amor já não é uma finalidade, uma necessidade ou uma obrigação, mas ainda continua sendo (mais) uma promessa de “felicidade.” Antes de estar caminhando para o fim, ou para uma realidade impossível de se efetivar, o amor está se remodelando e se renovando. De acordo com o grupo MADA, uma aprendizagem necessária, quando se trata de um sentimento desregrado, incontrolável, um amor demais.

SOBRE AS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou a lei que regulamenta a união estável entre pessoas do mesmo sexo, tornando-a, do ponto de vista legal, equivalente à de casais heterossexuais. Isto significa a validação no plano jurídico de várias conquistas civis: o direito à herança do companheiro, ou companheira, pensão alimentícia em caso de separação, possibilidade de fazer declaração conjunta do imposto de renda e – um passo fundamental – o direito à adoção de filhos, o que antes era permitido apenas a um dos membros do casal.

A medida modifica o contexto nebuloso e enigmático das relações homoafetivas, conferindo a elas caráter de legitimação jurídica, o que não é pouco quando se trata da vida conjugal e familiar, em grande medida regulada por diretrizes do Estado. Entretanto, é preciso ter cautela em relação a esses ganhos, já que as transformações psicossociais engendradas nestes mesmos parâmetros jurídicos exigem um processo lento e contínuo de superação de resistências e preconceitos. Essa constatação nos leva a antever um longo e difícil tempo de tensões e conflitos até que seja possível o reconhecimento social de qualquer tipo de escolha amorosa e de constituição de família – desde que essa escolha não negue a responsabilidade ética de respeitar o direito do outro, um código fundamental da convivência humana.

Não é possível ignorar, por exemplo, as dificuldades enfrentadas há várias décadas, quando os casais heterossexuais conquistaram o direito de se separar e constituir novas famílias. Nessa época – assim como agora em relação aos direitos recém-conquistados pelos homossexuais – havia não só muitos preconceitos que fragilizavam moralmente aqueles que de forma legítima buscavam saídas para os casamentos infelizes, mas também muitos estigmas -recaíam sobre os filhos, vistos como problemáticos. Não raro, eram dirigidos a essas crianças e adolescentes presságios de adoecimentos morais e psíquicos. Passados vários anos, estamos hoje muito longe da confirmação de tais vaticínios, embora seja possível reconhecer que a separação dos pais pode resultar em maior ou menor sofrimento para os filhos, dependendo da maneira como os desenlaces conjugais são vividos e resolvidos.

Face à legalização da união estável entre casais homossexuais, uma pergunta não para de reverberar: o que este ganho jurídico pode mudar, do ponto de vista psicossocial, na vida dos casais e famílias até

então envolvidos em estigmas, violências e proibições morais de exercer seus legítimos direitos de constituir relações amorosas e viver com as pessoas que escolheram para reinventar a vida? Estes novos sujeitos de direitos não estariam na esteira da reprodução discursiva de gênero, amor e violência uma vez que o modelo predominante, em nossa sociedade, é a heteronormatividade?

13. Plano de trabalho²

Atividade	Local(is)	CH/sem	Local de orientação	Forma de acompanhamento
Reuniões de planejamento e restudo;	Sala do PRODIH	2H	Sala do PRODIH	ATA DE REUNIÃO
Coleta de dados (discursos)	A definir	2h	-	Relatório de acompanhamento
Organização e sistematização de leituras	Sala do PRODIH	2h	Sala do PRODIH	Relatório de acompanhamento
Pesquisa bibliográfica	Biblioteca do PRODIH	2h	Sala do PRODIH	Levantamento bibliográfico
Catálogo de instituições (espaço público)	Órgãos oficiais	2h	Sala do PRODIH	Relatório de pesquisa
Análise dos dados coletados	Sala do PRODIH	2h	Sala do PRODIH	Apresentação e publicação de artigos em eventos científicos.

² O plano de trabalho do bolsista deve estar de acordo com o cronograma e demonstrar a viabilidade de execução dentro da vigência do Programa

1.4. Avaliação³

O desenvolvimento do projeto será avaliado através de uma ficha de avaliação que constará:

- Frequência nas reuniões;
- Desempenho nas atividades de capacitação e seminário temático do grupo;
- Avaliação qualitativa, das atividades individuais, que o grupo estabelecer para cada membro;
- Publicação de artigos científicos em eventos;

1.5. Cronograma

Ano 2013		JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Reuniões mensais para organização e planejamento para estudo.		X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa bibliográfica e					X			
Reuniões de estudo	X			X	x		x	
Reuniões de								

³ Explicar a forma de avaliação das atividades desenvolvidas.

estudo	X	X	X	X	X	X	X	
Elaboração dos instrumentos de pesquisa de campo.	X	X						
Seleção do corpus				X	X	X	X	
Coleta de dados				X	X	X	X	
Coleta de dados								X

1.5. Cronograma

Ano 2014	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
Reuniões mensais para organização e planejamento das atividades do projeto	X	X	X	X	X	X	X

Análise dos dados					X			
Capacitação Reuniões de estudo	X			X				
Análise dos dados	X	X	X	X	X	X	X	
Reuniões de Estudo	X	X						
Confecção de artigos				X	X	X	X	
Confecção de artigos				X	X	X	X	
Confecção de artigos								X

1.6. Referências Bibliográficas/ Bibliografia

AGOSTINHO, Santo. **As confissões**. São Paulo: Quadrante, 1989.

BUTLER, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeción**. Madrid: Cátedra, 2001.

CASTRO, Rosangela de Barros. Amor e ódio em relações conjugays. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio Ed Janeiro: Gramond, 2007.

COSTA, Jurandir Freire. A cura do ser humano. **Jornal O Estado de São Paulo**, Domingo, 28 de fevereiro de 1999. Entrevista concedida a Norma Couri. Disponível em <http://jfreirecosta.sites.uol.com.br/entrevistas/com_o_autor/ser_humano.html>. Acesso em: 21 mar. 2012.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DIAS, Maria Berenice. **Conversando Sobre Homoafetividade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Maria Berenice. **União Homossexual: o preconceito e a justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

DEL PRIORI, Mary. **História do amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Taísa Ribeiro. **Unões Homossexuais: efeitos jurídicos**. São Paulo: Método, 2004.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2008

FLAX, Jane. "Pós-modernismo e relações de gênero". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b.

_____. **A ordem do discurso**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Ética, sexualidade, política**. Coleção Ditos e Escritos, vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

_____. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades**

modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: Unesp, 1996.

GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.** Rio Ed Janeiro: Gramond, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós- Estruturalista.** 4.ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 1997.

NAHAS, Luciana Faísca. **União Homossexual: proteção constitucional.** Curitiba: Juruá, 2006.

OLEGÁRIO, Maria da Luz. **Discursos sobre gênero e amor no espaço pedagógico do MADA: a (des) construção do sujeito amoroso.** Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2009.

RODRIGUES, Almira Correia de Calda. **Cidadania nas Relações Afetivo-Sexuais no Brasil Contemporâneo: uma questão de políticas públicas.** 1998.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Data Sousa, 19 de junho de 2013.

Profª Dra. Maria da Luz Olegário

Matricula SIAPE 1319360

PESQUISADORA, ORIENTANDA BOLSISTA E VOLUNTÁRIOS

MARIA DA LUZ OLEGÁRIO	PESQUISADORA
BRENA CHRISTINA FERNANDES DOS SANTOS	ORIENTANDA BOLSISTA
FRANCISCA REGIANE DE SOUSA	VOLUNTÁRIA
GLAUBER FERREIRA DE LIMA	VOLUNTÁRIO
SEBASTIÃO ARGELIM DA SILVA JÚNIOR	VOLUNTÁRIO
FERNANDO WALLACE FERREIRA PINTO	VOLUNTÁRIO